

AS MÚLTIPLAS LEITURAS DO ESPAÇO RURAL

The multiple readings of the rural space

Las multiplas lecturas del espacio rural

Erika Vanessa Moreira Santosⁱ

Universidade Federal Fluminense - Brasil

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanholⁱⁱ

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Brasil

RESUMO

O espaço rural é compreendido em suas múltiplas facetas, desde a dimensão econômica até a cultural. Depende, portanto, do 'olhar' do pesquisador e dos objetivos previamente delineados. Este texto visa realizar uma revisão bibliográfica sobre o espaço rural e apontar a vertente analítica como fundamento na compreensão do rural e da ruralidade. A escolha da vertente teórica utilizada para a construção deste texto não pressupõe que não existam outras leituras do espaço rural, mas fundamenta nossa preocupação e coerência teórica.

Palavras-chave: espaço rural; processo; ruralidade; campo.

ABSTRACT

The rural space is understood in its multiples aspects, whether economic or cultural. Therefore depends on the look of the researcher and the objectives previously outlined. This paper aims to review literature on rural space and point the analytic perspective as a foundation in understanding the rural and rurality. The choice of the theoretical model used for the construction of this text does not presuppose the absence of other readings of the rural space, but underlies our concern and theoretical coherence.

Keywords: rural space; process; rurality; field.

RESUMEN

El espacio rural se entiende en sus multiples facetas, desde la económica a la dimensión cultural. Por lo tanto, depende de la "mirada" del investigador y los objetivos anteriormente señalados. Este trabajo tiene como objetivo revisar la literatura sobre el espacio rural y el punto de ramificación analítica como una fundación en la comprensión de lo rural y la ruralidad. La elección del enfoque teórico utilizado para la construcción de este texto no presupone que hay otras lecturas del campo, pero la base de nuestra preocupación y coherencia teórica.

Palabras clave: espacio rural; proceso; ruralidade; campo.

INTRODUÇÃO

A nossa proposta, neste texto, é efetuar uma discussão teórica sobre o rural e o espaço rural, sob a ótica de diferentes vertentes. Essa proposição surgiu com a necessidade de compreendermos o espaço rural, não meramente como um espaço físico de desenvolvimento das atividades agropecuárias, mas como uma construção espacial, social e histórica¹. Muitos trabalhos já tiveram como eixo central a discussão do rural, não apenas no campo geográfico, mas também na sociologia rural, na economia rural, na antropologia cultural e na história. É preciso distinguir definição e conceituação de rural. Isso porque, enquanto definição, ela envolve, sumariamente,

tipologias e instrumentos de ação político-administrativa; a conceituação, por sua vez, é bem mais estruturada, abarcando um corpo teórico-metodológico em sua discussão.

Para a realização deste texto, produto da Tese de Doutorado, defendida no ano de 2012, foram necessárias leituras distintas do espaço rural, as quais atentaram para pensar a multiplicidade de problemas e perspectivas de investigação. A escolha da vertente teórica utilizada para a construção deste texto não pressupõe que não existam outras leituras do espaço rural, mas fundamenta nossa preocupação e coerência teórica.

O texto está fundamentado em três partes que resultam em uma contribuição ao estudo do

espaço rural no plano teórico. A primeira parte é o levantamento teórico de autores que tiveram a preocupação de entender conceitualmente o espaço rural, todavia, selecionamos, a partir do propósito da pesquisa, autores em diferentes áreas, no sentido de ampliar nossa discussão e não subestimar o discurso geográfico. Na segunda parte, tratamos a leitura de Lefebvre sobre o rural, destacando-o como processo e na relação com o urbano. O renascimento rural é o tema central da terceira parte, em que Kayser tem a preocupação de definir o espaço rural a partir de variáveis estatísticas definidas para seu estudo.

DIFERENTES VERTENTES DO ESPAÇO RURAL

Buscamos entender o rural como uma construção social, histórica e intersubjetiva, a partir da relação dos sujeitos com o espaço (processo e reflexo). Abramovay² (2000), ao discutir as medidas e as funções da ruralidade, aponta três inconvenientes na definição do rural pautado nos critérios quantitativos:

- a) os critérios estabelecidos internacionalmente são arbitrários;
- b) a comparabilidade internacional das informações sobre o meio rural fica seriamente comprometida;
- c) o critério de patamar populacional não permite uma *abordagem regional* da ruralidade.

O referido autor enumera três aspectos intrínsecos ao rural: a relação com a natureza³; a relativa dispersão populacional; e a dependência do rural ao sistema urbano. Se o rural extrapola os limites físicos de área agrícola

(área territorialmente definida por critérios políticos, econômicos ou ambientais), a ruralidade é a expressão do viver no rural, sem considerar a existência de uma sociedade urbana, isto é, uma construção fundamentada na inter-relação entre indivíduo e espaço. É importante ressaltarmos que essa abordagem apresentada por Abramovay (2000) não é uma definição criteriosa do rural, mas uma construção de cunho teórico da ideia do rural.

As definições apresentadas anteriormente permitem, ainda que de maneira um pouco limitada, estabelecer uma vinculação com as políticas públicas, sejam urbanas ou rurais. A operacionalidade dessa discussão é 'resolvida' no campo político e administrativo, a partir desses critérios elaborados por institutos governamentais. A transposição do plano operacional para o analítico e do analítico para o operacional é conflituosa. No entanto, a colaboração acadêmica vai além dessa simplificação e definição do rural e do urbano, pois procuramos, por meio de pesquisas e discussões, compreender que os espaços rurais e urbanos são estruturados por agentes sociais com interesses distintos no uso do solo, com densidade de atividades e relações produtivas distintas.

Endlich (2006), ao discutir as relações entre o rural e o urbano, entende-os como modos de vida. Essa ideia se baseia na perspectiva teórica defendida por Lefebvre⁴. A autora separa o campo e a cidade com base na divisão territorial do trabalho. Para ela, enquanto o campo é o lugar do trabalho material/prático/manual, a cidade é o local do trabalho intelectual. Nessa perspectiva, permanece um caráter

interdependente entre ambos, e a historicidade e a rede são elementos importantes para definir o que constitui o rural e o urbano. O urbano, enquanto modo de vida, penetra nos espaços rurais, com sistemas de objetos (eletrodomésticos, por exemplo) e sistemas de valores (novos hábitos alimentares, novas relações de trabalho etc.).

Em seu trabalho sobre as pequenas cidades na rede urbana paranaense, Endlich (2006) evidencia que a relação urbanidade-ruralidade coexiste no plano econômico (atividades industriais, comerciais e agrícolas), no plano cultural-simbólico (manutenção do *savoir-faire* e das práticas lúdico-religiosas) e no plano social (com a existência das redes interpessoais). A ruralidade, portanto, não se reproduz apenas nos espaços ditos rurais, mas na relação com a urbanidade no plano do urbano.

O tempo, as temporalidades, a relação com a terra e o cotidiano são os elementos-chave utilizados por Bagli (2006a; 2006b) para conceituar o rural. No espaço urbano, o tempo é marcadamente rápido, “o cotidiano é construído sobre um tempo mecânico”, cujas transformações se processam constante e visivelmente⁵. O tempo lento é marcado por uma “lógica territorial mais próxima da natureza” e que, portanto, se identifica com o espaço rural (BAGLI, 2006b, p. 162). Aqui podemos levantar algumas indagações: o tempo lento estaria ligado apenas ao espaço rural? O tempo que se propõe é apenas a duração? Mas, o tempo não se dissocia do espaço, que por sua vez, é extensão, então, como podemos interpretar o tempo no rural na relação duração-extensão?

A autora supracitada ressalta que, embora no rural nada seja estático, as mudanças não se apresentam com tanta transitoriedade (BAGLI, 2006b). Esses tempos determinam as temporalidades⁶ (permanências ou resistências). Assim, no rural há temporalidades diferenciadas vinculadas às fases agrícolas, marcadas por rotinas e normas conectadas ao tempo da natureza. No urbano, o tempo mecânico segue a lógica ditada pelo capital, em que as temporalidades se fundamentam em outras rotinas e normas.

A possibilidade de pensarmos o rural na relação aparência/essência, isto é, na sua materialidade e na sua subjetividade, possibilita dissociá-lo do caráter setorial e, também, da visão bucólica e romântica. A contribuição de Bagli (2006b) nessa discussão é justamente pensar o rural além de suas formas concretas e buscar na essência e nas funções o fundamento do rural e suas temporalidades.

A relação com a terra é outra característica que permite dissociar o viver no rural e o viver no urbano. Abramovay (2000), Alentejano (2003) e Bagli (2006b), consideradas suas devidas posições teóricas, apontam, em seus trabalhos, esse vínculo (sujeito-terra-natureza) mais forte no rural.

Nos espaços rurais, as relações cotidianas são construídas tendo como base uma intensa ligação com a terra. O sustento da família é assegurado pelo trabalho sobre ela produzido, seja por intermédio dos produtos cultivados (para a venda ou consumo), seja por intermédio da criação de animais (pastagens e outras fontes de alimento). A terra não é mero chão, mas garantia de sobrevivência. Os hábitos são construídos tendo como referência a

intensa relação que se estabelece entre terra e trabalho [...] (BAGLI, 2006b, p. 87).

No espaço urbano, terra é sinônimo de “chão”, e as relações se fundamentam nas construções que estão sobre ela. Assim, a relação entre o sujeito e a terra vai além do caráter econômico, envolve, portanto, a dimensão lúdica e cultural.

O rural não é um resquício do passado, tampouco está estagnado frente ao urbano; ele é dinâmico. Essa dinamização não deve ser apreendida como um processo isolado, interno, mas a partir das relações que se estabelecem entre *as* variáveis endógenas (a organização da família) e exógenas (as interferências econômicas e políticas) em suas diferentes escalas - regional, nacional e internacional. Como salienta Santos (1998, p. 98), “toda situação é composta de pares dialéticos”, o rural abarca o tradicional e o moderno, os novos e os velhos problemas. Enfim, “não existe um lugar que tudo seja novo ou velho”, havendo, sim, uma constante redefinição.

Para Sposito (2006, p. 121), a distinção campo-cidade se baseia em atributos como concentração demográfica (outro tipo de concentração também é utilizado, como objetos, infraestrutura etc.), diferenciação social e unidade espacial. Além dessas características, a autora também ressalta a possibilidade de apreender a questão cidade-campo sob a ótica das discontinuidades territoriais, ou seja, “a partir de suas morfologias espaciais”⁷. É importante registrarmos que os estudos realizados por Sposito não são direcionados para uma apreensão da conceituação do espaço

rural, haja vista que suas pesquisas contemplam temáticas da Geografia Urbana, entretanto, a autora retrata em seus trabalhos como compreender o espaço rural articulado com as cidades. A relação tempo-espaço, como categorias da Geografia, é o ponto-chave das reflexões de Sposito (2006) sobre o rural e o par ruralidade-urbanidade.

Na mesma perspectiva traçada por Sposito (2006), Carlos (2008) ressalta que o processo de urbanização, ao se desenvolver e expandir socialmente, cria novas interações que vão além da cidade. “A urbanização requer novos conteúdos explicativos” e, portanto, necessita de reflexões numa escala mais ampla, redefinindo as relações campo-cidade e a rede urbana (CARLOS, 2008, p. 185). Nos trabalhos dessas autoras da Geografia Urbana, podemos apontar duas contribuições principais: o rural e o urbano são pares dialéticos e o processo de urbanização não se resume ao simples crescimento da cidade, já que por ser mais amplo, envolve novas formas de reprodução e redefinições dos pares rural-urbano e centro-periferia.

O rural é territorial ou espacial e não um setor de atividade econômica. Vários autores defendem essa assertiva⁸, entre eles Kageyama (2008). A autora fez um levantamento teórico e analítico sobre os principais autores (nacionais e internacionais) que buscaram conceituar o rural e a ruralidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural. A vinculação do rural ao caráter espacial e não setorial permeia toda a sua obra. A tese defendida pela autora é a de que o agrícola é o setor predominante no espaço rural, seja pela população ocupada ou pelo valor adicionado. “O destino da maioria das áreas

rurais do Brasil depende muito da evolução do seu 'agrícola'" (KAGEYAMA, 2008, p. 13). Em outro trecho, menciona a importância da agricultura na criação de valor e de trabalho, bem como na preservação da paisagem e das potencialidades naturais. Para a autora, o rural tem uma base territorial (socialmente construída), com características específicas, em que as relações sociais se desenvolvem. De acordo com seu pensamento, a conceituação do rural e da ruralidade interfere na concepção de projetos de desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008).

Em suma, o rural abrange desde aspectos físicos complexos até representações simbólicas específicas. As cinco características definidas por Kageyama (2008) para conceituar o rural são: 1. maior relação com a natureza / maior presença de áreas verdes; 2. maiores distâncias (tanto na escala micro como meso); 3. maior dispersão; 4. presença significativa de atividades econômicas vinculadas aos recursos naturais; 5. relação de complementaridade com as cidades.

Essas características evidenciam a preocupação da referida autora em articular o rural com a atividade agrícola e não compreender o rural como sinônimo de agrícola. A agricultura não é a única atividade econômica desenvolvida no espaço rural – embora em muitas áreas do país possa ainda ser a predominante – e as ações políticas, portanto, devem considerar as distintas sinergias em seus projetos.

Kageyama (2003), em outro trabalho, retrata os rurais e os agrícolas no Estado de São Paulo, com base nos dados do Censo Demográfico de

2000, e estabelece cinco grupos formados a partir das mesorregiões⁹ (regionalização oficial do IBGE). Considerando a correlação de variáveis sociais e econômicas, as mesorregiões foram agrupadas em áreas mais pobres (padrão tecnológico no campo classificado como baixo e médio), áreas com agricultura moderna, áreas mistas (pecuária extensiva e agricultura moderna), áreas de pequenas propriedades e alta urbanização e região metropolitana. A definição oficial de rural é criticada pela autora, mas não é proposta nenhuma outra¹⁰.

A conclusão dessa pesquisa é de que o número de residentes rurais com ocupações não agrícolas supera em 75% o do total daqueles com ocupações agrícolas. Todavia, são ocupações de baixa remuneração, qualificação e escolaridade. Existem tanto os trabalhadores rurais não agrícolas como os urbanos agrícolas, isto é, os residentes urbanos que dependem economicamente da renda oriunda de uma atividade agrícola e comparecem de maneira predominante nas áreas com agricultura moderna. A contribuição dessa pesquisa é desmitificar a relação entre rural e agricultura (base territorial e setorial), termos equivocadamente utilizados como sinônimos. A própria confusão metodológica entre rural e agrícola perpetuou por muito tempo os debates políticos e, conseqüentemente, a elaboração de políticas públicas mais vinculadas ao setor agrícola.

No artigo de Caiado; Santos (2003) sobre a relação rural-urbano no Estado de São Paulo é apontada a necessidade de se pensar essa articulação como processos socioespaciais. De um lado, temos o crescimento do processo de

conurbação nas regiões metropolitanas ou não, e de outro, a redução das atividades agrícolas entre os residentes rurais e a busca por ocupações não agrícolas nos núcleos urbanos. Os autores não apresentam uma conceituação do rural e da ruralidade.

Carmo (2009) defende a tese de que o rural passou de uma vertente de oposição em relação ao urbano para a de apropriação de valores rurais e urbanos, tendo Wirth (1997) como base teórica. A oposição entre os espaços rurais e urbanos se fundamenta em cinco aspectos: dimensão, densidade, mobilidade, contiguidade e laços sociais.

No urbano¹¹, há uma dissociação entre o local de trabalho e de residência, além de uma considerável densidade populacional, com descontinuidades territoriais, maior mobilidade e heterogeneidade do ponto de vista dos grupos e círculos sociais. Já no rural, os locais de trabalho e moradia se mesclam, a densidade populacional é baixa, a mobilidade é menor, há contiguidade territorial e homogeneidade em termos dos laços sociais construídos (CARMO, 2009). Segundo o autor, os processos de modernização e urbanização penetram nos espaços rurais e se “apropriam singularmente de uma série de factores de ordem socioeconómica e sociocultural”. Esses processos podem levar à marginalização de localidades rurais (“que sofrem processos complexos de esvaziamento populacional”) e “desmantelamento das estruturas e dos sistemas tradicionais” (CARMO, 2009, p. 267). Carmo (2009, p. 274) não defende apenas uma vertente teórica, mas se situa numa interpretação do rural nas suas interfaces teóricas, pois, segundo

suas palavras, “Consideramos que o estudo do espaço rural deve integrar estas diferentes perspectivas no mesmo sistema de análise.”

Como se observa, a conceituação de espaço rural está em constante construção, de acordo com os processos socioespaciais inseridos. Isso porque,

O espaço rural é cada vez mais aberto e interdependente e a sua natureza deriva em grande medida da diferenciação social que advém dessa mesma abertura. É, portanto, um espaço relacional que ancora a sua especificidade na forma como se organiza a vida local. [...]

O espaço rural sofre, sem dúvida, um conjunto profundo de alterações que resultam da penetração dos factores de urbanização. No entanto, estes não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais, por dois motivos essenciais: primeiro, porque o processo de urbanização não é em si homogêneo, variando em função dos contextos sociais e económicos em que é produzido (a influência de uma cidade pequena - ou média - sobre o espaço rural limítrofe não terá a mesma natureza da que é exercida por uma grande cidade); segundo, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação dos componentes urbanos, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ambiental [...] (CARMO, 2009, p. 274)

Esse autor oferece várias contribuições importantes: pensar o espaço rural onde a atividade agrícola é importante, mas não a única fonte econômica; os contextos locais e regionais interferem na concepção do rural na sua articulação com o espaço urbano; a proximidade física se combina com a social; as relações próximas com o meio ambiente e a preservação das identidades socioculturais são mais vivenciadas e percebidas no rural.

Diferentemente dos autores até aqui citados, cujas discussões estão centradas em dados empíricos/estatísticos, Marques (2002) apresenta uma discussão teórica sobre o espaço rural enfocando as relações de desigualdade e a luta de classes no campo. A autora mostra as duas principais vertentes no estudo do rural – a dicotômica e a do *continuum* –, dando ênfase às obras de Kayser, Marx, Lefebvre e Willians. Para ela, o rural deve ser considerado como segmento de uma totalidade dialética, numa relação de unidade x diversidade, ou seja, deve “ser pensado não apenas a partir de sua funcionalidade econômica à sociedade urbana”, mas como um espaço onde ocorre, de maneira acentuada, as mudanças na composição orgânica do capital (MARQUES, 2002, p. 111).

O rural é um conjunto de regiões ou zonas, no qual a população desenvolve diversas atividades em diferentes setores da economia. Essa concepção foi formulada por Correa Pérez (2001) com base na realidade colombiana. A autora define o espaço rural como uma entidade socioeconômica, num determinado espaço geográfico, pautada em quatro elementos primordiais: território (base física); população (relação sociocultural); conjunto de assentamentos (casas); e conjunto de instituições públicas e privadas que interferem nesse espaço. Conseqüentemente, a autora indica a necessidade de rever a concepção de rural como agrário e agrícola. Atualmente, há uma tendência de “desagrarização” da atividade produtiva no espaço rural e, ao mesmo tempo, a “revalorização” do rural sob uma visão bucólica e romântica. Essa revalorização é pautada na dimensão ambiental, “*pero hace falta una*

revalorización sociopolítica”, pois enquanto existe um discurso em torno da sustentabilidade, velhos problemas estruturais permanecem (CORREA PÉREZ, 2001, p. 25).

A partir de uma visão analítica, Wanderley (2001) caracteriza o rural como um espaço diferenciado e específico do ponto de vista tanto dos elementos físicos como dos culturais. Visando atenuar os problemas decorrentes da conceituação do rural e do urbano, a autora adota o *espacio local* como o lugar de encontro entre os mundos urbano e rural, em que as especificidades não são ocultadas.

Nos últimos anos, muitos trabalhos sobre o rural têm enfatizado a sua relação com o urbano, no sentido de criticar a visão dicotômica e setorial. Há uma crítica ao uso da categoria de rural como funcionalista, principalmente por parte dos pesquisadores que o entendem para além do critério administrativo. Na Geografia, o rural é indissociável do espaço e da relação cotidiana estabelecida entre os sujeitos aí inseridos.

A partir dessa constatação, estabelecemos quatro grupos de pesquisadores com perspectivas teóricas distintas sobre o rural, englobando-os nas seguintes vertentes: **1.** A urbanização do campo; **2.** As urbanidades do rural; **3.** O rural como campo de lutas e contradições; e **4.** O rural como construção e processo.

Incluídos na *primeira vertente*, temos os trabalhos coordenados pelo economista Graziano da Silva¹². Para Campanhola; Del Grossi (2005), o rural é compreendido a partir da visão de *continuum*, em que o processo de urbanização absorve o espaço rural. A

urbanização do campo, nessa perspectiva, sugere duas leituras: que o rural está fadado ao processo de urbanização e que existem dois polos – rural e urbano.

Nessa perspectiva, Graziano da Silva; Del Grossi; Campanhola (2005) apontam um *novo rural*, que tem como características centrais uma agropecuária moderna, atividades não agrícolas¹³ e ‘novas’ atividades agrícolas¹⁴. Essa urbanização do rural não leva necessariamente a uma melhoria na renda da população residente no rural, pois as ocupações não agrícolas são, em sua maioria, precárias e de baixa remuneração.

O conceito do *novo rural* é criticado por Buainain; Romero; Guanzirolli (2003, p. 312). Para esses autores, as ocupações não agrícolas no espaço rural não constituem um fenômeno novo, pois “o desenvolvimento do meio urbano deu-se, sempre e em todo lugar, pela apropriação dos espaços rurais”. Outro ponto questionado refere-se ao abandono de políticas agrícolas, enfatizado pelos defensores do *novo rural*, em detrimento das políticas rurais (de caráter compensatório, em alguns casos), haja vista que o produtor rural necessita de políticas para desenvolver suas atividades agropecuárias.

Os defensores do *novo rural* debatem os mitos antigos sobre o rural, aqueles que surgiram no contexto das ocupações não agrícolas, quais sejam: o rural entendido como sinônimo de agrícola e de atraso; o êxodo rural visto como inexorável; o desenvolvimento agrícola como condutor do desenvolvimento rural; a visão de que a gestão de pequenas e médias propriedades rurais é familiar. Por outro lado, surgem os novos mitos: as ocupações não

agrícolas resolvem o desemprego; essas ocupações podem ser motores de desenvolvimento em regiões atrasadas; a reforma agrária não é viável; o rural não necessita de regulação pública.

A *segunda vertente teórica*, denominada *urbanidades¹⁵ do rural*, é a tese defendida pelo geógrafo João Rua. “Há um movimento de expansão física e de expansão “ideológica” dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam ‘novo rural’” (RUA, 2006, p. 86). Esse novo rural não é pensado como na vertente anterior, mas fundamentado numa correlação entre lógicas urbanas e rurais. Na perspectiva do autor, o rural não está alheio às transformações do capitalismo, mas busca recriar e integrar novas lógicas, como o desenvolvimento da pluriatividade, a introdução de atividades não agrícolas e a multifuncionalidade do território. A revalorização do rural, “ressignificando-o (quando se trata de signos herdados, ou produzindo novos signos), consolida atividades rurais e urbanas em áreas interioranas” (RUA, 2006, p. 87).

Esta vertente contribui para que se faça uma leitura mais ampla da relação rural-urbano, com base em dois elementos-chave do campo geográfico, a escala e o território. Para Rua (2006), cujas bases teóricas são centradas em Lefebvre e Gramsci, o rural e o urbano, o local e o global são interações assimétricas, permeadas de disputas e reconfigurações. O autor aponta três aspectos em que as duas vertentes – urbanidades no rural (URBA) e novas ruralidades (NRA) – se diferenciam:

1. As URBA consideram o urbano como dominante na relação rural-urbano, enquanto as NRA dão ênfase às especificidades do rural;
2. As URBA trabalham com uma escala de ação mais ampla (urbanização difusa, redes regionais, nacionais etc.), ao passo que as NRA o fazem a partir de uma escala mais restrita (destacando o poder da ação local);
3. Ambas as noções tratam de maneira distinta as múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais.

A concepção de rural como campo de lutas e contradições é defendida por alguns pesquisadores da Sociologia Rural e da Geografia Rural. Guardadas suas especificidades, são expoentes desta *terceira vertente teórica*, Oliveira (2004), Fernandes (2001), Marques (2002), Giarracca (2001) etc.

O campo, mergulhado nos debates político e ideológico, tanto nas universidades quanto nas arenas políticas, é resultado das divergências existentes no Brasil agrário. Oliveira (2004), um dos principais representantes desse grupo, defende a existência de uma classe social - camponesa - como fruto das relações contraditórias no campo. Para compreender a relação rural/urbano, campo/cidade, o autor toma como referência o processo de desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção no território brasileiro.

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente

capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do “bóia-fria”), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 2004, p. 36).

Essa passagem nos leva a pensar e questionar dois pontos: 1. se o autor concorda que o capitalismo gera processos distintos, nem todo agricultor com base na mão de obra familiar se enquadra, portanto, como ‘camponês’ ou ‘capitalista’; 2. caracterizar o campesinato pelo fato de utilizar mão de obra familiar é uma visão reducionista, que desconsidera as relações de poder e de mercado.

Oliveira (2004, p. 43) tece uma crítica às teses do rural-urbano, de Graziano da Silva e das cidades imaginárias, de Eli da Veiga, argumentando que ambos formularam hipóteses sem considerar a realidade, apenas com base em dados secundários e selecionados segundo seus próprios interesses. “[...] há pesquisadores que, a partir de exercícios estatísticos, constroem caminhos de investigação que reproduzem equívocos [...]”.

Após a análise crítica, Oliveira (2004) entende o campo como território, e a construção do território no modo de produção capitalista ocorre na destruição/manutenção/transformação.

Oliveira (2004, p. 40) apreende a cidade como a unidade contraditória e dialética existente na relação campo-cidade, rural-urbano. Isso quer dizer “que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória”, em que as diferenças entre os setores da economia são soldadas pela

coexistência desses dois mercados de trabalho e trabalhadores.

A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco e lugar dessas lutas rurais/urbanas e/ urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo (OLIVEIRA, 2004, p. 63).

O rural como campo de luta, segundo Oliveira (2004), se define pelas incessantes reivindicações e confrontos entre os dois modelos de agricultura existentes: a empresarial e a camponesa.

José de Souza Martins também se enquadra na *terceira vertente teórica*, com posições um pouco distintas das de Oliveira (2004). O autor defende o mundo rural (visão de sociólogo) como uma articulação para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no país. A opção de Martins (2000) pela vertente do campo como palco de luta e contradições tem como parâmetro uma leitura neomarxista da problemática. Para o autor, o rural não é um empecilho que precisa ser removido para a promoção do desenvolvimento, pois “algumas relações sociais se dissolvem, outras (novas) são produzidas ou modificadas, no seio do processo de reprodução das relações sociais”. A opção teórica de Martins é o campesinato como classe social que existe para opor resistência ao desenvolvimento do capitalismo.

A *quarta vertente*, que compreende o rural como construção e processo, tem como expoentes Abramovay (2000 e 2001), Carneiro (1998, 1998a e 2001), Saquet (2006), Schneider

(2003a, 2009 e 2009a) e Wanderley (2000, 2001, 2001a, 2003, 2004, 2009), autores que, embora apresentem características distintas, convergem num elemento comum: a compreensão do espaço rural para além da função produtiva e econômica.

Carneiro (2001) defende que o entendimento do rural deve estar vinculado à noção de localidade, que constitui uma identidade construída no território, este conceituado como representações e imagens e não apenas como construto físico. O entendimento do rural apenas como espaço não é apoiado pela autora, pois o vê como representação social, em que os valores são criados e adaptados aos novos elementos. Ela cita, como exemplo para evidenciar essa assertiva, a mobilidade física promovida pelos meios de transporte em geral, que facilitam o deslocamento entre o campo e a cidade e, também, favorecem a permanência dos moradores nos bairros rurais¹⁶.

A abordagem territorial como caminho fundamental para compreender as contradições e a heterogeneidade do campo é a proposta teórica de Saquet (2006).

Em nosso entendimento, há o *campo/rural* e a *cidade/urbano* e a interação recíproca, através de diferentes redes de circulação e comunicação, entre ambos espaços, constituindo uma trama territorial. E esta trama está na base da complementaridade, ou seja, determina a existência e influência do urbano no rural e do rural no urbano (é importante que o pesquisador tenha clareza do que está entendendo por cada um destes conceitos: campo, espaço agrário ou rural, cidade e urbano) (SAQUET, 2006, p.61).

Essa citação reflete claramente a proposta do texto, em que não estamos tratando do campo e da cidade, do espaço rural e do espaço urbano como espaços antagônicos, mas tentamos compreendê-los à luz da complementaridade. Tal relação é estabelecida a partir das redes de circulação e de comunicação que, no período atual – técnico, científico e informacional – permitem que a informação seja instantânea e processada em escalas supranacionais. Entretanto, o autor se baseia em outros, vinculados a corrente diversa de pensamento como Chayanov, que não será abordado neste texto, pois não tratamos a ruralidade como uma identidade de resistência, mas como espaço em que coexistem valores e práticas tradicionais e contemporâneas.

Schneider (2009), ao debater a relação ruralidade e desenvolvimento territorial no âmbito da teoria social, considera a construção do rural a partir da relação de coprodução entre homem e natureza, sendo, portanto, passível de mercantilização. Baseado em referenciais internacionais, o autor apreende o rural como construção e processo resultantes das transformações ocasionadas pela globalização, que podem levar à sua revalorização devido a atributos não ligados à produção.

Nessa perspectiva, é possível definir três linhas de pesquisa, segundo Schneider; Blume (2005) e Schneider (2009): a) a econômica e demográfica, com forte influência das diretrizes da OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento); b) a cultural e de representação social, com forte caráter subjetivo; c) a escalar (globalização), em que há

uma preocupação com as transformações e a heterogeneidade.

A ruralidade não é homogênea e ela ocorre com características distintas, baseada em contextos culturais, locais e espaciais heterogêneos. Carneiro (2002, p. 235) compreende a ruralidade “como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, a partir da incorporação de novos valores, hábitos e técnicas”. Essa visão se inclina para a dimensão sociocultural, cuja perspectiva não renega as relações de conflito e tampouco a articulação dos modos de vida rural e urbano. Os valores rurais e urbanos se mesclam, mas não se anulam. Há um permanente movimento de incorporação, adaptação e permanência de novos elementos econômicos, culturais e sociais.

Wanderley (2001 e 2001a), por sua vez, apresenta uma discussão do rural entendido como um espaço físico diferenciado, construído socialmente em base material e, também, como lugar de vida, com a presença de elementos subjetivos, de vivência e interação entre os sujeitos e o espaço.

No trabalho intitulado *A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social para um desenvolvimento rural*, Wanderley (2001) retrata a importância da escala local para pensar e propor projetos de desenvolvimento rural. Em outro trabalho, *Urbanização e ruralidade*, em 2001a, a autora questiona se os pequenos municípios (com até 20 mil habitantes) detêm de fato uma função urbana. A conclusão que a autora apresenta é que o rural não se resume em dados ou limites políticos, mas configura um modo de

vida, condições de vida e uma trama social específica.

Nos trabalhos de Wanderley (2000, 2001, 2001a, 2004, 2009), a concepção de rural é vista como uma construção social (física) e subjetiva (identidade). Como socióloga, a autora conceitua o rural como uma relação específica dos habitantes com a natureza, por meio do trabalho na terra e, também, através de relações sociais diferenciadas (WANDERLEY, 2000,).

Num de seus estudos, (WANDERLEY, 2001), adota o termo 'mundo rural', entendido como uma construção de relações históricas, sociais, culturais e ecológicas existentes no espaço rural. Segundo sua concepção, para compreender com mais profundidade o espaço rural, é necessário adotar preferencialmente o espaço local (pequenos municípios).

[...] o espaço rural pode ser definido pela predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade. Como o urbano, o espaço rural está também associado a funções que valorizam as características acima indicadas, especialmente as funções produtiva, residencial e patrimonial (WANDERLEY, 2009, p. 72).

A autora afirma que no espaço rural as relações de proximidade ocorrem pela necessidade dos serviços básicos e pela construção histórica da organização espacial.

A população do campo constrói uma área de circulação – seu espaço de vida – centrada em seu local de moradia, a partir do qual se mobiliza para ter acesso aos bens e serviços necessários. Esta área de circulação apresenta, naturalmente,

intensidades distintas, conforme o caso, que expressam os objetivos, a frequência, o tempo e o espaço dos deslocamentos efetuados (WANDERLEY, 2009, p. 75).

Em síntese, Wanderley, em diversos trabalhos já mencionados anteriormente, compreende o espaço rural a partir da sua relação com o espaço urbano, ou seja, por meio dos processos sociais. A ruralidade, portanto, é construída pelos agentes sociais, pelo contato com o mundo urbano, pelas estratégias adotadas pelos agricultores e, sobretudo, na relação entre espaço produtivo x espaço de lazer.

A partir das contribuições dos autores enfocados, construímos o Quadro-Síntese 1, com a apresentação das quatro vertentes do estudo do rural no contexto latino-americano.

Analisando as contribuições dos autores citados, referentes à conceituação do rural, notamos que não existe um pensamento único, tampouco prevalente. Neste trabalho, o rural é compreendido como uma construção de valores e modo de vida, centrado na relação dos (e entre os) agentes com o espaço geográfico. Essa concepção não substitui a difusão dos valores urbanos nos espaços rurais, mas aponta uma interação (conflituosa) entre o rural e o urbano. Essa é uma compreensão do rural sob um olhar sociogeográfico.

Defendemos, assim, com base na realidade estudada, que o rural é uma construção de valores e modos de vida no espaço e, também, um processo histórico. Adotamos esta como a vertente mais coerente para compreender as mudanças no espaço rural e a consolidação da ruralidade contemporânea, porque nela

Vertente	Autor(es)	Palavras-chave
Novo rural	Graziano da Silva (1999); Graziano da Silva, Del Grossi; Campanhola (2005)	Mercado de trabalho, pluriatividade e atividades não agrícolas
Urbanidades no rural	Rua (2005; 2006)	Urbanização e valores
Campo de lutas e contradições	Giarracca (2001), Martins (2000), Fernandes (2001), Oliveira (2004)	Luta pela terra, campesinato, poder e território
Construção e processo	Carneiro (1998, 2001), Schneider (2003; 2009; 2009a), Wanderley (2000, 2001, 2001a, 2004, 2009)	Pluriatividade, ruralidade e multifuncionalidade

QUADRO-SÍNTESE 01 – As quatro perspectivas teóricas do estudo do rural.

Organizado por Erika Moreira (2010).

a discussão não está centrada na definição dos objetos e dos espaços rural e urbano, mas numa interpretação da relação que os sujeitos estabelecem no/com o espaço.

O CAMPO E A SOCIEDADE URBANA: LEITURA A PARTIR DAS IDEIAS DE LEFEBVRE

Os debates em torno do rural e do urbano remetem, em muitos casos, às interpretações teórico-metodológicas de Lefebvre. As mudanças econômicas, demográficas e sociais vivenciadas na França, na década de 1960, foram os alicerces para suas leituras teóricas sobre a sociedade urbana.

Em 1968, Henri Lefebvre publicou *O direito à cidade*, na qual questionou os processos de urbanização e industrialização e a relação campo-cidade. Evidenciamos, na reflexão desse autor, a existência da urbanidade-ruralidade como resultado do próprio processo de urbanização, sendo a periferia o local dessa dialética tão visível. Dois anos depois lançou a obra que resume a sua tese: *A revolução urbana*. A hipótese de uma sociedade urbana levantou e,

ainda, levanta críticas e questionamentos, tanto por parte dos pesquisadores do urbano, como daqueles que investigam o rural.

As duas obras se complementam, no sentido do amadurecimento teórico do autor nas suas discussões sobre a sociedade urbana. Segundo ele, o tecido urbano se expande e corrói os resíduos da vida agrária, não apenas na sua dimensão econômica, mas também na “da vida social e cultural”:

Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade e o gás (butano nos campos) que não deixa de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo ‘mobiliário’ moderno, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos ‘serviços’. (LEFEBVRE, 2009[1969], p. 19).

Discordamos desse posicionamento de Lefebvre (2009), pois a entrada de eletrodomésticos no campo não leva necessariamente à adoção integral de valores urbanos, haja vista, por exemplo, que o fogão a

gás butano pode coexistir com o fogão à lenha, havendo assim coexistência e adaptação entre os dois modos de vida e seus sistemas de objetos. Quanto aos sistemas de valores, costumes e práticas também convivem. Para exemplificar, podemos citar a manutenção de festas tradicionais (de santo padroeiro, entre outras), ainda que com novos formatos e objetivos.

Aliás, o par urbanidade-ruralidade intensifica-se, não apenas nas chamadas *ilhas de ruralidade* (nas áreas periurbanas) de Lefebvre (2009, p. 19), mas na sua totalidade. “[...] as tensões tornam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam”.

Lefebvre (2008, p.14) realiza discussões no plano das ideias, mas não da metafísica. “Não há ciência sem hipóteses teóricas”, portanto, o debate teórico proposto por Lefebvre envolve o objeto e a hipótese numa dupla correlação. A sociedade urbana nasce após a sociedade industrial, todavia, não se reduz a uma determinação econômica, na qual os processos sociais se resumem a fatores econômicos. Essa hipótese de sociedade urbana resulta de uma urbanização completa, “hoje virtual, amanhã real” (LEFEBVRE, 2008, p. 13).

A sociedade urbana é um objeto virtual, um objeto possível, em que o processo e a práxis são elementos centrais. O processo, porque permite entender as transformações nas formas, nas funções e nas estruturas do urbano; e a práxis, como ação social prática. A relação espaço-temporal permite a periodização, que constitui tempos históricos e modos de produção predominantes.

Lefebvre (2008) estuda a formação de três tipos de cidade: a política, a comercial e a

industrial, nas quais está presente a divisão do trabalho, que se evidencia nas relações de produção e nas relações contraditórias dos processos sociais.

O autor aborda, em sua obra, que no processo as transformações não são homogêneas, tampouco unívocas. Há, nos processos de urbanização e industrialização, relações contraditórias que são inerentes ao modo capitalista de produção.

Com o processo de urbanização, o autor distingue o espaço-tempo da vida agrária (cíclico e justaposto com o local), o espaço-tempo industrial (homogeneização) e o espaço-tempo urbano (singular, diferencial).

A prática urbana contempla essas faces do fenômeno urbano, com vários signos e significações, em diferentes níveis; desde a vida cotidiana até o espaço-tempo urbano particularizado. É interessante, neste momento, enfatizar que tais práticas coexistem com as rurais, em que signos e significações têm na religiosidade e nas relações interpessoais seus fundamentos. Aliás, Endlich (2006) enfatiza, com base na obra de Lefebvre, que no processo de urbanização estão presentes relações contraditórias que não permitem a homogeneização da vida urbana material e cultural.

Sobarzo (2006, p. 60), ao retratar o rural e o urbano em Lefebvre, coloca o urbano como uma realidade em constituição, anunciada no presente, “mas que ainda nos brinda como uma possibilidade, como uma virtualidade, uma tendência”. E, portanto, implica uma análise que ultrapasse a simples definição do rural e do

urbano, e considere as relações de conflitos “como uma unidade das contradições”.

A contribuição das ideias de Lefebvre para este trabalho se situa em três aspectos:

1. o par urbanidade-ruralidade vive em constante confronto;
2. o tecido urbano¹⁷ (não somente como extensão territorial e material) é o conjunto de manifestação do urbano no campo, numa relação dialética e contraditória;
3. Lefebvre critica os pesquisadores que realizam análises apocalípticas e indutivas do processo de urbanização. Embora tenha realizado uma análise no plano das ideias, o autor ressalta, em várias passagens, que as reflexões serão válidas e pertinentes se construídas a partir de uma sólida base teórica-empírica.

Esses apontamentos do pensamento lefebvriano contribuem para a reflexão sobre a coexistência de valores rurais e urbanos, sendo questionável se a urbanização homogeneizará todo o tecido rural.

O RENASCIMENTO RURAL: LEITURA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE KAYSER

O geógrafo francês, Bernard Kayser, foi um dos pioneiros no estudo da ruralidade ou do renascimento rural. Ele defendeu a tese de que o espaço rural, como representação e conflito, não se ocultou ou corroe, mas renasceu. Para comprovar sua tese, Kayser mostrou, a partir de dados estatísticos (INSEE) e de uma análise econômica, que a partir de 1975 a França, os

EUA e os Países Baixos tiveram crescimento populacional significativo no seu quadro rural.

Por sua formação como geógrafo, o autor estabeleceu como elemento teórico norteador para sua pesquisa a relação sociedade-espaço. A ruralidade está vinculada à comuna (unidade geográfica delimitada pelo governo francês) a qual, por sua vez, ultrapassa a simples definição do rural. As reflexões contidas em Kayser (1990) e Kayser *et al.* (1994) se distanciam das apreensões teóricas de Lefebvre (2008 [1969]; 2009 [1970]) em relação à tese da sociedade urbana.

Para Kayser (1990), a ruralidade se situa nas relações da sociedade com o espaço, em suas diferentes dimensões:

1. *Relações econômicas*: extrapolam os limites da comuna e situam-se entre as economias formais e informais;
2. *Relações sociais*: a coesão de grupos sociais e o estabelecimento de redes de relações interpessoais;
3. *Relações locais*: as alianças no plano do local (política) visando à utilização de bens comuns;
4. *Relações com o ambiente*: o meio ambiente como espaço de vida onde se estabelece uma relação de proximidade.

Sua proposta para estudar o rural e o urbano vai além da vertente dicotômica e do *continuum* de Lefebvre, mas na perspectiva da ruralidade. Esse *renascimento rural* ocorreu num processo dialético, ou no qual temos, de um lado, a modernização agrícola e, de outro, a urbanização e a industrialização.

Nas perspectivas de Kayser, com base na realidade francesa, esse renascimento rural

ocorre pautado em algumas características centrais, tais como:

1. crescimento estatístico das comunidades rurais;
2. maior oferta de equipamentos e bens de consumo no espaço rural;
3. manutenção de valores lúdico-religiosos;
4. novos e velhos agricultores;
5. novos agentes sociais - *neorurais* e profissionais de outros setores da economia;
6. novas atividades agrícolas e não agrícolas;
7. preocupação com o planejamento e o desenvolvimento no plano local.

A grande contribuição de Kayser (1990) e de Kayser *et al.* (1994) é evidenciar que no espaço rural não temos apenas agricultores fadados ao empobrecimento, mas uma gama de agentes sociais inserida na indústria rural, no artesanato, no comércio e prestação de serviços e nas atividades turísticas. Há, portanto, uma articulação de diferentes setores da economia com diferentes usos do espaço rural. Além disso, as ideias de Kayser mostram que o rural estabelece uma ligação intrínseca com o espaço urbano por meio de relações espaciais não meramente subordinadas.

Muitos autores criticam esse conceito de renascimento rural, porque consideram que o rural nunca desapareceu totalmente, mas teve menos evidência nos processos de industrialização. Veiga (2001; 2004; 2006), por exemplo, debate veementemente a tese de Lefebvre e, de certa maneira, a de Kayser, ao propor a nova ruralidade como base dos estudos rurais latino-americanos. Para esse

autor, não temos uma sociedade urbana, tampouco o nascimento de um rural. A ideia é a de uma nova ruralidade a partir do processo de globalização e da sustentabilidade.

As manifestações dessa nova ruralidade na Europa e na América do Norte não resultam de um impulso que estaria ressuscitando fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possam coexistir com aspectos de continuidade e permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza.

[...]

Uma das mais importantes é a ideia de que a dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia. (VEIGA, 2006, p. 335)

Essa citação expressa uma visão de ruptura com o tradicional, fato com que não concordamos. Há uma coexistência de valores, de práticas e de usos novos e antigos, já que o processo de globalização não leva à homogeneização nem à estandardização do modo de vida.

A partir das contribuições teóricas compartilhadas por Lefebvre e Kayser, chegamos à seguinte conclusão: o rural não tende, de maneira homogênea, ao inexorável processo de esvaziamento, tampouco renasceu. O que temos, a partir das reflexões de autores da vertente socioeconômica, é a consolidação de um rural em que a expressão de seus valores faz

permanecerem as práticas, os signos, as significações e as funções, cuja dimensão econômica apresenta um peso significativo em um contexto em que a competitividade é acirrada.

CONSIDERAÇÕES

As discussões do par rural-urbano são mediadas pelo par ruralidade-urbanidade, no sentido de abrangermos não o espaço em si, mas as relações de reprodução social e econômica nesses espaços e entre eles (rurais e urbanos). Precisamos avançar e questionar: como operacionalizar o analítico? Como transpor o rural, do ponto de vista teórico, para o campo das ações, do ponto de vista prático?

Consideramos consistente a defesa de que o rural está na relação dos indivíduos com o espaço, numa interpretação intersubjetiva, em que a identidade e os valores são construídos no cotidiano e em novos (e antigos) processos e formas.

O rural é indissociável do espaço e da relação cotidiana estabelecida entre os sujeitos aí inseridos. Entendemos o rural como construção de valor e modo de vida no espaço, tendo a ruralidade o papel de ressaltar e expressar as práticas e os valores desse rural em constante construção, centrada na relação com as demandas urbanas de consumo e de lazer.

NOTAS

ⁱ Geógrafa; Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Professora da Universidade Federal Fluminense (UFF, Campos dos Goytacazes).

E-mail: evmgeo@yahoo.com.br

ⁱⁱ Geógrafa; Pós-Doutora pela École des Hautes Études en Sciences Sociales; Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Professora da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp); Coordenadora do Grupo de Estudo Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA).

E-mail: medeiroshespanhol@yahoo.com.br

¹ A tese sobre a existência de um rural mais amplo que o agrícola já foi defendida por economista (GRAZIANO da SILVA, 1999), sociólogo (SCHNEIDER, 2009), antropólogo (CARNEIRO, 2003) e geógrafo (RUA, 2005). Portanto, não vamos discorrer sobre a diferença entre rural (espaço), agrário (relações de trabalho) e agrícola (produção), haja vista a necessidade de conceber os três eixos como indispensáveis para a compreensão da ruralidade.

² A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - criou em 1996, a partir de seus 26 países membros, uma tipologia de rural pautada na densidade demográfica. Foram então agrupados em regiões predominantemente rurais (mais de 50% da população residindo em áreas rurais), significativamente rurais (entre 15% e 50%) e predominantemente urbanizadas (abaixo de 15%). Esse critério foi amplamente criticado por Abramovay (2000) e Veiga (2002).

³ Alentejano (2003) estabelece como diferença entre rural e urbano, a relação do sujeito com a terra.

⁴ Mostrar-se-á, num momento posterior, que essa tese de Lefebvre sobre a sociedade urbana vai ser questionada por Veiga (2002) e Favareto (2008).

⁵ Não podemos generalizar a existência do tempo lento no espaço rural, pois, no contexto atual, com a adoção de inovações tecnológicas em determinados cultivos (*commodities* agrícolas), o tempo de giro está vinculado à demanda internacional, e não há um tempo regido apenas pela natureza, mas também pela dimensão econômica.

⁶ Bagli (2006a) compreende a temporalidade como o tempo da vida que se manifesta no cotidiano e se fundamenta nas necessidades e nas limitações do espaço vivido.

⁷ As discussões teóricas podem ser encontradas em Sposito e Whitacker (org.) (2006).

⁸ Abramovay (2000); Alentejano (2003); Veiga (2003), entre outros.

⁹ Os 645 municípios paulistas estão agrupados, segundo o IBGE, em 15 mesorregiões geográficas.

¹⁰ A autora alerta que o problema não é buscar outra definição, que dificultaria classificar todos os domicílios do Censo e introduziria nova arbitrariedade, mas de ter em mente as

limitações e o possível viés que a definição legal impõe aos resultados da análise (KAGEYAMA, 2003).

¹¹ No espaço rural, a dissociação entre unidade da família e unidade de trabalho também pode ocorrer, porém a intensidade é menor, se comparada à do espaço urbano.

¹² Graziano da Silva coordenou, em 1997, o projeto RURBANO, que culminou com vários livros, sendo o pioneiro, o *Novo Rural Brasileiro*, publicado em 1999.

¹³ Envolve atividades vinculadas a lazer, turismo, moradia e à presença de indústrias etc.

¹⁴ Produção destinada a nichos de mercado, como criação de animais exóticos para consumo nos grandes centros urbanos, flores, alimentos *baby* (mini) etc.

¹⁵ Rúa (2006) esclarece que a noção de *urbanidades* difere do conceito de *urbanidade* de Marx e Lefebvre, pois esta última refere-se à qualidade do urbano.

¹⁶ Carneiro (2001) não utiliza a nomenclatura bairro rural, mas vila. Todavia, as vilas são sedes administrativas e, os bairros rurais são unidades geográficas, muitas vezes, sem delimitação oficial.

¹⁷ Sobarzo (2006) também ressalta essa relação equivocada entre tecido urbano e malha urbana.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 702, 2000. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/texto>>. Acesso em julho de 2003.
- ALENTEJANO Paulo Roberto Raposo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.
- BAGLI, Priscila. *Rural e urbano nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006a.
- BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006b. p. 81-110.
- BUAINAIN, Antônio M.; ROMERO, Ademar R.; GUANZIROLLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Sociologias*, ano 5, n. 10, p. 312-347, 2003.
- CAIADO, Aurélio Sérgio C.; SANTOS, Sarah Maria M. dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. *São Paulo em Perspectivas*, n. 17, p. 115-124, 2003.
- CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. *Ações de políticas públicas para o novo rural brasileiro: sob o enfoque no desenvolvimento local*, s/d, 25p.
- CARLOS, Ana Fani A. Resenha: Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. *Boletim Paulista de Geografia*, 2008.
- CARMO, Renato Miguel. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, ano 11, n. 21, p. 252-280, 2009.
- CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.
- CARNEIRO, Maria José. *Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade*. Texto apresentado no II Seminário Sobre o Novo Rural Brasileiro. Campinas, 2001. [mimeog.] www.unicamp.br/rurbano
- CARNEIRO, Maria José. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C., SANTOS, R., COSTA, L.F.C. (org.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1998a.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n.11, 1998b.
- CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flavio de C. (org.). *Mundo rural e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 225-240.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sergio (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 167-215.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- CORREA PÉREZ, Edelmira. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACCA, Norma (Comp.). *Una nueva ruralidad em América Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2001. p. 17-29.
- ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-32.
- FAVARETO, Arilson. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu/FAPESP, 2008.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Contexto, 2001.

- GIARRACA, Norma. *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLASCO/ASDI, 2001.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1999
- GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro E.; CAMPANHOLA, Clayton. *Novos mitos do rural*. Ribeirão Preto, 2005. XXV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. *ANAIS...*, 15 p. [CD-ROM]
- KAGEYAMA, Ângela A. Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000. *Texto de discussão*, IE/Unicamp, n. 112, outubro de 2003. Disponível em < <http://www.eco.unicamp.br/rurbano> >. Acesso em fevereiro de 2005.
- KAGEYAMA, Ângela A. Rural e ruralidade. In: *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. p. 15-49.
- KAYSER, Bernard et al. *Pour une ruralité choisie*. Paris: DATAR, 1994.
- KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale*. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *Revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, n. 19, ano 18, p. 95-112, 2002.
- MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.) *O campo no século XXI*. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, p. 29-70, 2004.
- RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 1, p. 82-106, 2006.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SCHNEIDER, Sergio (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SCHNEIDER, Sergio. Ciências sociais, ruralidade e território: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. v. 04, n. 07, p. 24-62, 2009a.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio A abordagem territorial do desenvolvimento e suas articulações externas. I Fórum internacional território, desenvolvimento rural e democracia. *ANAIS...* Fortaleza, Ceará, 2003a.
- SCHNEIDER, Sérgio; BLUME, Rony. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.107, p. 35-62, 2006.
- SOBARZO, Oscar. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.131-155.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 01, n. 1, p. 60-81, 2006.
- RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia*, n. 2, p. 45-66, 2005.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.) *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos avançados*, v. 18, n. 51, p.51-67, 2004.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de uma nova ruralidade. *Estudos Avançados*. São Paulo, n.20, p. 333-353, 2006.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Texto para discussão*, São Paulo: NEAD/MDA, agosto/2001 (mimeog.).

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, Editora Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços - integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 1, v. 17, p. 60-85, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org). *Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires, CLACSO/ASDI, p. 30-44, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural*. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. 2001a. mimeogr.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145, 2000.